

Esmeralda Energias Renováveis S.A.						
CNPJ/MF nº 14.019.497/0001-02						
<b>Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>				<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)</b>		
<b>Ativo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Passivo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>Circulante</b>		(Reapresentado)	<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3.187	4.411	Empréstimos e financiamentos	3.944	6.159	239
Contas a receber	2.654	3.507	Fornecedores	302	102	(12)
Impostos a recuperar	11	10	Salários e encargos sociais	12	6	(57)
Despesas antecipadas	112	88	IRPJ e CSLL a recolher	223	238	(2.611)
	<b>5.964</b>	<b>8.016</b>	Obrigações tributárias	122	98	(170)
<b>Não circulante</b>			Dividendos a pagar	1.164	57	
<b>Realizável a longo prazo</b>			Partes relacionadas	34	2	
Aplicação financeira restrita	3.124	2.376		<b>5.801</b>	<b>6.662</b>	
Depósito judicial	412	412	<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	2.316	-	Empréstimos e financiamentos	72.446	78.534	4.661
	<b>5.852</b>	<b>2.788</b>	Passivos de arrendamento	4.667	4.667	(1.107)
Imobilizado	132.914	137.321		<b>77.113</b>	<b>83.201</b>	-
<b>Total do ativo</b>	<b>144.730</b>	<b>148.125</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>82.914</b>	<b>89.863</b>	<b>61.816</b>
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>						
<b>I. Contexto operacional</b> – A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energias Renováveis S.A. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:						
<b>UFV</b>	<b>Es-tado</b>	<b>Ci-dade</b>	<b>Potên-cia total MW</b>	<b>Garantia física MWmédio</b>	<b>Início</b>	<b>Tér-mino</b>
UFV Esme-ralda	PE	Agres-tina	30	6,8	29 de janeiro de 2018	28 de janeiro de 2053
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 12 de abril de 2023. <b>a) Contrato de Energia de Reserva – CER:</b> A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R\$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. <b>1.1 Reapresentação das cifras comparativas: (a) Reclassificação do direito de uso de arrendamento:</b> Em 2022, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificação do saldo de arrendamentos classificados anteriormente como despesa antecipada no montante de R\$1.181. A referida correção afetou o ativo não circulante de 31 de dezembro de 2021 nesse mesmo valor. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:						
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Reapre-sentado</b>	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapre-sentado</b>	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>
<b>Ativo</b>						
Circulante		Nota 2.1. (a)	9.197	-1.181	8.016	
Não circulante		Nota 2.1. (a)	138.928	1.181	140.109	
<b>Total do ativo</b>			<b>148.125</b>	<b>-</b>	<b>148.125</b>	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
Circulante			6.662		6.662	
Não circulante			83.201		83.201	
Patrimônio líquido			58.262		58.262	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>148.125</b>	<b>148.125</b>	<b>148.125</b>	
<b>2. Base de preparação</b> – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remuneração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. <b>a) Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. <b>2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:</b> As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: <b>• Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":</b> a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. <b>• Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":</b> esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. <b>• Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios":</b> substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. <b>• Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: (i) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"</b> – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) <b>IFRS 16/CPC 06 – "Arrendamentos"</b> – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) <b>IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"</b> – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) <b>IAS 41/CP 29 – "Ativos Biológicos"</b> – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: <b>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</b>						
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>						
Aos Administradores e Acionistas <b>Esmeralda Energias Renováveis S.A.</b> <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esmeralda Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria às demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: <b>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</b>						
<b>A Diretoria</b> <b>Tatiane Cristina Silva da Freiria</b> Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2						
Recife, 12 de abril de 2023.						
<b>PricewaterhouseCoopers</b> <b>Audidores Independentes Ltda.</b> CRC 2SP 000.160/O-5 <b>Patricia Seoane Azevedo Biondi</b> Contadora CRC 1BA 040.103/O-0						

## Publique no Data Mercantil!

**A decisão certa em todos os momentos.**



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

